

Os Escolásticos Tardios e o Elo Austríaco para o Pensamento Econômico Católico Moderno*

*Robert Sirico***

Resumo: Este artigo trata de afinidades entre o pensamento católico e as teorias da escola austríaca de economia. Pra tal, argumenta-se que se deve redescobrir o pensamento econômico dos escolásticos tardios. A ênfase austríaca na subjetividade e na escolha oferece a transmissão de um corpo de pensamento que torna coerente, notável e forte o elo entre a economia católica antiga e nova. O artigo encerra com reaparecimento dessas ideias na economia católica moderna. Traça-se assim um esboço de um quadro de uma tradição intelectual iniciada na escolástica, passando por Carl Menger e pelo filósofo Franz Brentano, até sua reintegração na doutrina social católica sob Karol Wojtyła.

Palavras-chave: Escolástica, Escola Austríaca, Doutrina Social da Igreja

The Late-Scholastic And Austrian Link To Modern Catholic Economic Thought

Abstract: This article deals with affinities between Catholic thought and theories of the Austrian school of economics. It is argued that one must rediscover the economic thinking of the late scholastics. The Austrian emphasis on subjectivity and choice offers the transmission of a body of thought that makes coherent, remarkable and strong the link between the old and new Catholic economy. The article ends with reappearance of these ideas in the modern Catholic economy. An outline of a scholarly tradition beginning in Scholasticism, through Carl Menger and the philosopher Franz Brentano, is traced to his reintegration into Catholic social teaching under Karol Wojtyła.

Keywords: Scholastics, Austrian School, Church Social Doctrine

Classificação JEL: B11, B13

* Artigo originalmente publicado em inglês como: "The Late-Scholastic and Austrian Link to Modern Catholic Economic Thought". *Journal of Markets & Morality* 1, nº 2 (October 1998), 122-129. Traduzido do original em inglês para o português por Márcia Xavier de Brito

** **Robert Sirico** é Reverendo e Presidente do *Acton Institute for the Study of Religion and Liberty*.

No prefácio da obra seminal sobre o pensamento econômico dos escolásticos tardios, o teórico social Michael Novak (1933-2017) sugere uma ligação entre a Escola Austríaca de Economia e a ênfase católica, então emergente, no empreendimento econômico e na economia de mercado.¹ Ao estudar o pensamento dos escolásticos tardios, escreveu:

*A Igreja Católica adquirirá uma compreensão mais profunda da própria tradição [...] na economia, bem como no âmbito político.*²

Novak escreveu antes do surgimento da *Centesimus Annus*, a apresentação mais completa e bem esmiuçada do pensamento econômico papal da época pós-conciliar. A principal seção desse documento oferece uma apresentação complacente da economia de mercado, juntamente com um endosso qualificado de instituições, que distinguem a economia de mercado de sistemas socialistas e mistos. O Papa João Paulo II também se ocupa da exegese de características específicas do mercado, que obedecem a moral e a doutrina social católicas.

A dependência do pensamento dos escolásticos tardios na moderna visão católica a respeito da economia ficou mais evidente do que nunca. Ambos põem a empresa, a iniciativa humana, o sistema de preços, a troca, a propriedade privada, a divisão de trabalho e a liberdade de contrato no centro da vida econômica. Diferente de grande parte das escolas positivistas de pensamento econômico, a abordagem católica moderna nunca perde de vista o significado da centralidade da pessoa agente: a vontade subjetiva, e tudo o que encerra, é a força motriz subjacente à vida econômica. Essa apreciação da pessoa que age é combi-

nada com um ceticismo com relação aos usos desnecessários do poder governamental. Vemos na doutrina social da Igreja, em especial da maneira expressa pelo papa João Paulo II, uma mescla de personalismo com uma compreensão adequada da realidade econômica.

Para explorar essa força austríaca na economia católica, devemos redescobrir o pensamento econômico dos escolásticos tardios. Ao fazê-lo, podemos expandir a tese embrionária que nos foi dada por Michael Novak, a saber, de que a Escola Austríaca de Economia, com sua ênfase na subjetividade e na escolha, oferece a transmissão de um corpo de pensamento que torna coerente, notável e forte o elo entre a economia católica antiga e nova.

Por fim, podemos assim compreender com maior clareza o significado do reaparecimento dessas ideias na economia católica moderna. Minha intenção é traçar um esboço de um quadro de uma tradição intelectual traçando desde a escolástica (e suas influências nas tradições cristãs e antigas) ao pensamento econômico dos escolásticos tardios, até a recuperação dessa tradição na Viena do século XIX (nos escritos de Carl Menger (1840-1920) e Franz Brentano (1838-1917)), e, por fim, sua reintegração na doutrina social católica sob a orientação do papado de Karol Wojtyła. Em particular, quero dar especial atenção aos aspectos protopersonalistas presentes na obra dos escolásticos tardios. Esse protopersonalismo também faz a ponte teórica com a obra da Escola Austríaca posterior.

O objetivo da escolástica, na tradição forjada por Santo Tomás de Aquino (1225-1274) era desenvolver um corpo de pensamento lógico e filosófico erigido sobre uma compreensão católica do mundo, incluindo a ênfase na lei natural. Esse corpo de pensamento buscava endereçar-se a um grande número de problemas sociais e científicos. O projeto ambicioso deu oportunidade para os teóricos escolásticos de explorar áreas que agora são clas-

¹ Alejandro A. Chafuen. **Christian for Freedom: Late-Scholastic Economics**. São Francisco: Ignatius Press, 1986.

² *Ibid.* p. 13.

sificadas como econômica, dentre elas, a propriedade, o comércio, a moeda, os juros, os preços e a criação de riquezas. Os escolásticos concordavam, na linha da doutrina social da Igreja, em geral, que a via para compreender a economia era pela reflexão sobre as preferências, propósitos, perspectiva e intenção dos próprios atores econômicos e pela observação como imprimiam sua presença em um mundo físico de recursos limitados. Essa abordagem difere da dos gregos, que iniciaram a análise a partir das “coisas” que a economia produzia. Os escolásticos, por serem protopersonalistas, e noutro sentido, até mesmo profenomenólogos, oferecem um fundamento para a ciência econômica que principia com a análise da ação humana e da natureza humana. A partir dessa base na cognição humana, o pensamento econômico tomista começou progressivamente liberal e foi refinado por séculos, culminando na Escola de Salamanca, no século XVI, na Espanha, um centro primário de aprendizado e comércio.

A história da economia escolástica começa com o franciscano São Bernardino de Siena (1380-1444), que elevou o posto do homem de negócios a um patamar moral mais alto que os teóricos anteriores. A figura transicional de Bernardino aos escolásticos tardios é Tomás de Vio, o cardeal Caetano (1468-1534), que decifrou aquilo que, então, era o estado da arte em teoria monetária. Da Itália do cardeal Caetano, a tocha passou para Salamanca e para o dominicano fundador da economia de Salamanca, Francisco de Vitória (1485-1546). Assim como outros escolásticos, Vitória viu o “preço justo” como o preço de mercado habitual.³

O estudante dominicano Domingo de Soto (1494-1560), por exemplo, disse: “O preço dos bens não é determinado por sua natureza, mas pela medi-

da em que servem às necessidades da humanidade.”⁴ Ele também via isso como um “direito natural” que o homem pode “doar ou transferir as coisas que possui legalmente de qualquer maneira que queira”.⁵ Martín de Azpilcueta Navarrus (1493-1586) desenvolveu até uma refutação clara e lógica de todos os controles de preço na forma de tetos ou pisos e uma teoria igualmente clara de que o valor da moeda está relacionado inversamente à quantidade disponível na economia.⁶

A geração intermediária dos salmantinos inclui pensadores como Covarrubias y Leiva (1512-1577),⁷ Tomás de Mercado (†1585),⁸ e Francisco Garcia.⁹ A última geração dos salmantinos foi liderada pelo dominicano Bañez de Mondragón (1527-1604), um amigo e confessor de Santa Tereza d’Ávila.¹⁰ Também podemos incluir Luis de Molina, Francisco Suarez (1548-1617),¹¹ Juan de Mariana (1536-1624),¹² Leonard Lessius (1554-1623),¹³ e o cardeal Juan de Lugo (1583-1660).

Em tudo, o fenômeno da Escola de Salamanca representa um episódio mor na história do pensamento econômico. Forjou o princípio de uma tradição da teoria econômica que merece um estudo mais próximo. Joseph Schumpeter (1883-1950) na obra *History of Economic Analysis* [História da Análise Econômica], observa que “é dentro de seus sistemas de teologia moral e jurídico que a economia adquire uma existência definitiva, se não aparta-

⁴ Ibid. p. 103.

⁵ Chafuen. *Christians for Freedom*. p. 60.

⁶ Ibid. p. 106.

⁷ Rothbard. *Economic Thought*. p. 110.

⁸ Chafuen. *Christians for Freedom*. p. 50.

⁹ Ibid. p. 103.

¹⁰ Ibid. p. 54.

¹¹ Rothbard. *Economic Thought*. p. 116.

¹² Chafuen. *Christians for Freedom*. p. 64-65.

¹³ Rothbard. *Economic Thought*. p. 123-124.

³ Murray N. Rothbard. **Economic Thought Before Adam Smith: An Austrian Perspective on the History of Economic Thought**. Vol. I. Hants, Inglaterra: Edward Elgar Publishing, 1995. pp. 60, 80, 101, 103.

da, e são eles que se aproximam mais que qualquer outro grupo de os 'fundadores' da economia científica".¹⁴

O elo entre os escolásticos tardios e a Escola Austríaca do final do século XIX está na teoria do valor econômico.¹⁵ O valor de qualquer bem ou serviço, por implicação, não reside nas qualidades objetivas dos bens em si, mas, ao contrário, em como as pessoas, de modo pessoal, veem os bens. Ou seja, o valor econômico deriva das impressões e intenções dos indivíduos e é, em última análise, subjetivo.

Compreender o valor econômico como intrínseco ao pensamento e ao agente evita, necessariamente, a ideia de fatores externos, dentre eles, os governos, e a imposição de preços e planos melhores que os pretendidos pelos próprios atores econômicos. A economia "funciona" desde que as intenções individuais das pessoas possam ser realizadas ao longo do empreendimento e da troca e, sem a intervenção de um terceiro fator, projetado para impor novos valores e prioridades.

Ao situar o local da análise na razão humana individual e rejeitar as fantasias utópicas de transformar a lei natural para acomodar outra visão, os escolásticos tardios criaram uma economia que é tanto teocêntrica como antropocêntrica. A economia, como toda filosofia mundana, deve centrar-se em Deus, porque o mundo é criação divina e o indivíduo é criado à imagem de Deus; da mesma maneira, as intenções criativas e o propósito do homem, até certa medida, refletem as intenções criativas do próprio Deus.

Esse modo de abordar o valor é personalista no melhor sentido do termo. Vemos os temas dos primeiros escolásticos ecoar posteriormente nos escritos de João Paulo II sobre a pessoa humana. Os escolásticos, assim como João Paulo, não

tentam propor a economia antes da antropologia. Como o personalismo cristão de João Paulo II utiliza uma antropologia "de baixo para cima" – a começar da experiência humana concreta e culminando na reflexão sobre as pessoas da Trindade – da mesma maneira, também, a economia escolástica emprega uma metodologia "de baixo para cima", que começa com uma compreensão da necessidade e do desejo humanos.

Uma comunidade empreendedora feita de indivíduos atuantes não resulta de um plano misterioso imposto do exterior: resulta de indivíduos agentes que espontaneamente imprimem seus valores no mundo material e cooperam para melhorar o mundo que os cerca. Uma tentativa do soberano de perturbar essa ordem natural do empreendimento se sobrepõe às intenções dos atores, gera desequilíbrios e viola a justiça.

A Escola Austríaca é, em todos os aspectos, uma escola puramente secular, mas que chegou a conclusões escolásticas acerca da natureza do valor econômico e da utilidade inerente das trocas livres nos mercados. A obra de Carl Menger (1840-1921) garantiu um fundamento para um corpo de pensamento na Escola Austríaca que se desenvolveu no século XX nas obras de Ludwig von Mises (1881-1973) e F.A. Hayek (1899-1992). Assim como nos escolásticos tardios, o foco da Escola Austríaca está nas intenções e propósitos individuais, e a escola partilha um alto apreço pelo empreendimento e uma visão obscura dos usos do poder em face à atividade natural do intercâmbio econômico. Nesse sentido, os economistas austríacos, sem saber, desenvolveram alguns aspectos da agenda personalista.

A Escola Austríaca adota uma visão de ação que é metodologicamente individualista e subjetivista, e pressupõe que o propósito e a intencionalidade são os motivos básicos para a tomada de decisão no mercado. Causa e efeito no mercado não são diferentes do que ocorre em geral na sociedade; não existem forças sociais que se estendam e

¹⁴ Joseph Schumpeter. **History of Economic Analysis**. Elizabeth B. Schumpeter (org.). Nova York: Oxford University Press, 1954. p. 97.

¹⁵ Deixem-me esclarecer desde o princípio – estamos falando de valor econômico e não de valores morais.

que sejam anônimas que impulsionem a evolução independentes da valoração individual. A evolução social é provocada por milhões de cálculos individuais, decisões e ações que criam a aparência de uma ordem extensa. Muito desse mesmo método de análise pode ser encontrado em Wojtyła. De modo semelhante, Wilhelm Röpke (1899-1966) tenta fazer uma distinção nessa abordagem da economia dos estatistas e dos positivistas ao referir-se à “economia humana” que, argumenta, repousa na proteção da liberdade humana, na garantia de uma ordem social estável e no respeito pelas valorações e intenções dos agentes.

O livro do filósofo Barry Smith, *Austrian Philosophy* [Filosofia Austríaca] explica a semelhança entre o pensamento austríaco e escolástico ao examinar o meio social da Universidade de Viena. Em particular, indica Franz Brentano, contemporâneo de Menger, como uma das figuras mais importantes na filosofia austríaca. Brentano estudou e apoiou a filosofia aristotélica e foi ordenado sacerdote da Igreja Católica em 1864.

Como padre, Brentano desenvolveu um raciocínio e uma afeição pelas raízes escolásticas e aristotélicas. Intelectualmente, evitou as influências de Kant (1724-1804) e dos filósofos idealistas alemães.¹⁶ Brentano foi o principal proponente da abordagem austríaca da teoria do valor na faculdade de Filosofia e suas palestras eram muito populares. Mais tarde, Menger fez um estudo detalhado das obras de Brentano para completar a própria teoria do método econômico.

Para Brentano e Menger, a valoração está implícita em uma ação (seja econômica ou mental) e é inseparável do indivíduo. Valores não são propriedades de objetos, mas produtos da mente. O valor é encontrado no intento do sujeito. Ambos interpretam a ciência social como um processo de elaboração sobre a própria natureza da cognição

e ação humanas. Nesse sentido, a ciência social não busca restrições que atuem automaticamente, por assim dizer, apartadas das escolhas humanas, mas busca padrões gerais de progresso social que surgem como consequência da ação humana em um mundo de escassez.

Aqui está o elo entre a economia mengeriana, a psicologia brentaniana e o ápice posterior do pensamento econômico católico pós-conciliar. O foco está na pessoa agente e o impacto da pessoa no mundo. Essa ação não se baseia em valores externos objetivamente definidos, mas em valores internos compreendidos pelos próprios atores. A unidade relevante de pesquisa não é o homem econômico, mas o homem agente e intencional.

Karol Wojtyła, na obra *The Acting Person*, nos faz uma afirmação clara do valor da pessoa individual, da subjetividade da compreensão do indivíduo e da composição da comunidade a partir de suas partes individuais na pessoa que age.¹⁷ Em ambas as tradições, católica e austríaca, vemos uma ênfase no indivíduo como uma pessoa que age e escolhe, em que ambas rejeitam uma visão mecanicista da pessoa agente. Nas duas visões, a pessoa agente é parte da uma comunidade e a participação nessa comunidade é essencial ao cumprimento dos propósitos dos agentes.

Quando João Paulo II propôs fazer uma “releitura” da encíclica *Rerum Novarum*, no centésimo aniversário de sua promulgação,¹⁸ o pontífice pareceu beber da tradição do pensamento econômico para dar maior destaque ao livre mercado e ao empreendimento individual que os predecessores. Essa releitura é feita através das recém-adquiridas lentes do personalismo e dos *insights* fundamentais dos economistas austríacos. O papa faz uma pergunta fundamental: “*Que tipos de ins-*

¹⁶ Barry Smith. *Austrian Philosophy*. Chicago: Open Court Publishing, 1994. p.17

¹⁷ Karol Wojtyła. *The Acting Person*. Trad. para o inglês de Andrej Potocki. Boston: D.Reidel Publishing Co. 1979.

¹⁸ Carta-Encíclica *Centesimus Annus* (1 de maio de 1991), nº 3.

tituições econômicas são mais consistentes com a dignidade da pessoa humana e o bem comum da sociedade?” Esse questionamento é essencialmente escolástico e personalista, e é uma pergunta que a Escola Austríaca fez desde o início.

Seria inútil tentar mostrar com precisão cada fonte de influência que ocorreu na elaboração da *Centesimus Annus*, mas não amplia os limites da plausibilidade dizer que a Escola Austríaca exerceu uma influência preponderante. Por certo, os métodos, abordagens e *insights* austríacos perpassam o documento. Esses mesmos métodos, abordagens e *insights* se desenvolveram e prosperaram em uma atmosfera intelectual que tanto era católica como escolástica na Áustria do final do século XIX. Podemos notar o paralelo que existe nas abordagens de mercado, propriedade, câmbio, trabalho e governo.

A importância da *Centesimus Annus* é ter ampliado o escopo da doutrina social, torná-la mais sofisticada à luz da ciência econômica contemporânea e pronunciar-se sobre a visão geral da Igreja sobre o que constitui a economia humana. O resultado é uma visão de longo alcance do homem, da sociedade, da empresa e dos mercados, totalmente baseada na história intelectual católica. Na *Centesimus Annus* vemos a realização da “revolução personalista” na teologia que começa com a *Redemptor Hominis*.

Assim como a *Rerum Novarum*, a *Centesimus Annus* rejeita o socialismo por razões que são mais fundamentais do que técnicas e pragmáticas. O documento funde as críticas mengeriana e brenniana ao socialismo. O socialismo é condenado porque rejeita a necessidade da livre ação econômica e da livre ação mental. Central à estrutura intelectual está a dignidade da pessoa livre. Segundo João Paulo II, o socialismo reduz o homem:

a uma série de relações sociais, e desaparece o conceito de pessoa como sujeito autônomo de decisão moral, que constrói, através dessa decisão, o ordenamento social. Desta errada concepção da

pessoa, deriva a distorção do direito, que define o âmbito do exercício da liberdade, bem como a oposição à propriedade privada. O homem, de facto, privado de algo que possa «dizer seu» e da possibilidade de ganhar com que viver por sua iniciativa, acaba por depender da máquina social e daqueles que a controlam, o que lhe torna muito mais difícil reconhecer a sua dignidade de pessoa e impede o caminho para a constituição de uma autêntica comunidade humana.¹⁹

O socialismo é rejeitado não só porque é má economia, mas, ainda mais importante, é rejeitado por conta da economia antipersonalista e, portanto, má.

Ao discorrer sobre as causas da crise da Europa Oriental que levaram ao colapso dos regimes do bloco soviético em 1989, o papa aponta vários fatores, dentre eles:

a ineficácia do sistema econômico, que não deve ser considerada apenas como um problema técnico, mas, sobretudo, como consequência da violação dos direitos humanos à iniciativa, à propriedade e à liberdade no setor da economia. A este aspecto, está ainda associada a dimensão cultural e nacional: não é possível compreender o homem, partindo unilateralmente do setor da economia.²⁰

O papa retorna aos fundamentos da vida econômica e apresenta um modelo de trabalho de interação entre o indivíduo, a economia e a sociedade como um todo. A propriedade privada, assinala, sempre foi central ao ensinamento social católico e “foi sempre defendida pela Igreja até os nossos dias”.²¹ Por empreendedorismo, escreve o papa, “precisamente a capacidade de conhecer a tempo as carências dos outros homens e as combinações dos fatores produtivos mais idôneos para

¹⁹ Ibid. n. 13.

²⁰ Ibid. n. 24.

²¹ Ibid. n. 30.

as satisfazer, é outra importante fonte de riqueza na sociedade moderna".²²

A conclusão do Papa nessa linha de pensamento, então, é quase inescapável: "A moderna economia de empresa comporta aspectos positivos, cuja raiz é a liberdade da pessoa, que se exprime no campo econômico e em muitos outros campos."²³ Não é fácil dizer que o capitalismo no Ocidente é totalmente personalista no modo de operar. Não é. Muito trabalho tem de ser feito pela Igreja para provocar tal transformação na economia.

O papa é sempre muito cuidadoso ao distinguir o que endossa as formas mais imperfeitas e positivistas da economia capitalista que, como o marxismo, trata os indivíduos como unidades em uma máquina, destituídos de valor inerente.

João Paulo II permite intervenções na economia de mercado para proteger os direitos dos trabalhadores e garantir regras fixas e segurança para as pessoas.

O desenvolvimento da doutrina social católica bebeu de muitas tradições e continuará a fazê-lo. Entretanto, como Michael Novak sugeriu, os escolásticos tardios e a Escola Austríaca pavimentaram o caminho e, provavelmente, continuarão a exercer influência na direção dessa evolução.

É interesse de teólogos e acadêmicos, que desejam uma melhor compreensão da direção da mudança na doutrina social católica, de se familiarizarem com essa tradição de pensar escolástico tardia e austríaca. Um progresso continuado nessas linhas requer intercâmbio intelectual dentro e entre essas tradições. ∞

²² Ibid. n. 32.

²³ Ibid.